

L E I nº 2.834/2008

Data : 26 de junho de 2008.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a doar terreno à **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DE BANDEIRANTES (PR)**, desta cidade, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

 L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Lei nº 2.113/1998, de 27/11/1998, a doar à ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DE BANDEIRANTES (PR), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 77.538.510/0049-96, estabelecida na Av. Edelina Meneghel Rando nº 452, nesta cidade, um terreno com a área de 963,16 m² (novecentos e sessenta e três metros e dezesseis centímetros quadrados), com a seguinte descrição: "Partindo-se do ponto 11, segue-se a distância de 14,50 m (quatorze metros e cinquenta centímetros) até o ponto E2, confrontando-se com a Rua "1", onde deflete a esquerda e segue a distância de 65,70 m (sessenta e cinco metros e setenta centímetros) até o ponto E1, confrontando-se com o Lote A2-A, onde deflete a esquerda e segue a distância de 14,50 (quatorze metros e cinquenta centímetros) até o ponto E, confrontando-se com a Agência do INSS, onde deflete a esquerda e segue a distância de 67,15 m (sessenta e sete metros e quinze centímetros) até o ponto 11, onde iniciou-se esta descrição confrontando-se com área do Corpo de Bombeiros e do Tribunal de Justiça Eleitoral, formando-se assim uma área total de 963,16 m² (novecentos e sessenta e três metros e dezesseis centímetros quadrados), nesta cidade, área esta a ser desmembrada da matrícula nº 11.671 do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca de Bandeirantes (PR), avaliado em R\$-2.118,95 (dois mil, cento e dezoito reais e noventa e cinco centavos).

Art. 2º - A doação autorizada por esta Lei destina-se para a construção da sede própria da donatária.

Art. 3º - A donatária deverá iniciar as obras no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da vigência da presente Lei, e concluí-la no prazo de 18 (dezoito) meses, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito a doação e reverter o imóvel ao doador, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para a donatária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

Art. 4º - O imóvel doado não poderá ser hipotecado, penhorado, arrestado, seqüestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário, antes do prazo de dez anos, de acordo com a Lei nº 2.113/98, de 27/11/98.

Art. 5º - A mudança da destinação do imóvel, antes de expirado o prazo estabelecido no art. 3º, desta lei, dependerá da prévia autorização, por lei municipal, sob pena do imóvel ser revertido ao Município, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2008.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal